



FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 10/2018 – de 11/05/2018 a 25/05/2018

NOME: BRASKEM S.A.

(X) agente econômico
() consumidor ou usuário

() representante órgão de classe ou associação
() representante de instituição governamental
() representante de órgãos de defesa do consumidor

Consulta Pública sobre nova regulamentação do credenciamento de firmas inspetoras visando a certificação de biocombustíveis, conforme a Lei nº 13.576, de 26/12/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.308, de 15/03/2018, ato este que, entre outros, dispõe sobre as atribuições da ANP no RenovaBio.

ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
Calculadora - RenovaCalc	Criar mecanismo objetivo de incentivo à comercialização do etanol hidratado (a partir de uma maior nota de eficiência).	Conforme anexo "CP ANP 102018 – BRASKEM – MP Químicos" no e-mail.
Capítulo II "Das Definições", artigo 3º	<p>Sugere-se a criação de um item nas definições da resolução, que remeter-se-á política energética nacional:</p> <p style="padding-left: 40px;">"Artigo 3º - Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições:</p> <p style="padding-left: 40px;">(...)</p> <p style="padding-left: 40px;">XVII – Outro tipo de geração de energia: Para fins de compreensão do conceito de Biocombustível, a presente Resolução esclarece que a aplicação do etanol ou outro biocombustível na indústria petroquímica é considerada como outro tipo de geração de energia mencionado na Política Energética Nacional, além de formas alternativas de produção de energia que possam substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil."</p>	<p>Para as três propostas a seguir, estamos apresentando a mesma justificativa, tendo em vista a pertinência temática e com argumentação completa conforme anexo "Ofício RenovaBio - CP ANP 10 - RenovaBio" no e-mail</p> <p>A Política Nacional energética tem em seu escopo, a regulação também da atividade petroquímica (assim entendida toda a nossa cadeia). Isto fica claramente evidenciado (e reforça bastante nossa interpretação de que que nosso pleito – de que a venda de etanol para a petroquímica gera CBIO – já está amparado na legislação, de modo que o Regulamento apenas esclareceria isso), no artigo 6 da Lei Nacional de Política Energética, que em seu art. 6º, prevê:</p> <p><i>Art. 6º Para os fins desta Lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as seguintes definições:</i></p> <p style="text-align: center;">[...]</p>

<p>Art. 4</p>	<p>Inclusão de um “parágrafo único” no art. 4 da resolução:</p> <p>Parágrafo único: para fins de definição das rotas indicadas nos incisos III a VIII deste dispositivo, considerar-se-á o disposto nos incisos XXIV e XXX, do art. 6º da Lei 9.478/97, de modo que estão aptas a obter Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis, as operações que destinem etanol combustível a ser utilizado, diretamente ou mediante alterações, em motores a combustão interna com ignição por centelha, em outras formas de geração de energia ou em indústria petroquímica.</p>	<p><i>XXVI – Indústria Petroquímica de Primeira e Segunda Geração: conjunto de indústrias que fornecem produtos petroquímicos básicos, a exemplo do eteno, do propeno e de resinas termoplásticas. (Incluído pela lei nº 11.921, de 2009)</i></p> <p>[...]</p> <p><i>XXX - Etanol: biocombustível líquido derivado de biomassa renovável, que tem como principal componente o álcool etílico, que pode ser utilizado, diretamente ou mediante alterações, em motores a combustão interna com ignição por centelha, em outras formas de geração de energia ou em indústria petroquímica, podendo ser obtido por rotas tecnológicas distintas, conforme especificado em regulamento; e (Incluído pela Lei nº 12.490, de 2011)</i></p>
<p>Anexo da Resolução</p>	<p>1. Objetivo</p> <p>Este Regulamento Técnico tem como objetivo apresentar os requisitos metodológicos utilizados na ferramenta de cálculo da Nota de Eficiência Energético Ambiental.</p> <p>2. Abrangência</p> <p>2.1. Biocombustíveis e rotas</p> <p>Os seguintes biocombustíveis possuem rotas definidas para cálculo da intensidade de carbono:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Etanol Combustível, abarcando o disposto o Parágrafo Único, do artigo 4 dessa Resolução; b) Biodiesel; c) Querosene parafínico sintetizado por ácidos graxos e ésteres hidroprocessados (SPK-HEFA) de soja; d) Biometano oriundo de produtos e resíduos orgânicos e sólidos urbanos." 	<p>A despeito de o mesmo artigo 6 ter uma disposição específica para “biocombustível” no caso do Etanol a Lei é expressa em prever que o etanol combustível é aquele aplicado, inclusive, para a Indústria Petroquímica.</p> <p>Os biopolímeros são produzidos a partir de matéria-prima renovável. Para a produção do polietileno verde, a Braskem utiliza etanol de cana-de-açúcar produzido no Brasil. Esse produto pode receber inúmeras aplicações e substitui o polietileno petroquímico (matéria-prima de origem fóssil).</p> <p>O etanol utilizado pela Braskem é o hidratado, o mesmo vendido como biocombustível para motores de combustão interna ou para outro tipo de geração de energia.</p> <p>O etanol é, portanto, a mesma matéria-prima aplicada para finalidades distintas e importantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como combustível – finalidade já consagrada do etanol; e • Produção de químicos renováveis – finalidade inovadora e em desenvolvimento, com grande potencial de ampliar a posição de vanguarda do Brasil e manter sua liderança mundial na produção de

		<p>biopolímeros, competindo com produtores de polímeros petroquímicos.</p> <p>Cabe destacar, no entanto, como o mercado de etanol está dividido:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cerca de 99% é destinado ao mercado combustível; e • Aproximadamente apenas 1% é destinado à produção de químicos renováveis <p>A Lei do RenovaBio é “integrante da política energética nacional de que trata o art. 1o da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997”.</p> <p>A alteração do anexo a fim de que também se remeta e contemple ao próprio parágrafo único proposto para o artigo 4, para não restar margem sobre a correta interpretação e aplicabilidade dos CBIO</p>
--	--	---

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: conspub_qualidade@anp.gov.br, fax (21) 2112-8669, ou diretamente em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da Consulta Pública.